

EMENDA AO PL Nº 733/2025

Dispõe sobre o Sistema Portuário Brasileiro, regula a exploração dos portos, as atividades de operação portuária, o trabalho portuário e dá outras providências

Alterem-se o art. 11º caput e o § 1º do Projeto de Lei nº 733/2025, que passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 11. No uso de suas atribuições como órgão regulador setorial, caberá à Antaq monitorar e fiscalizar a prestação dos serviços portuários.

§ 1º Ao constatar indício de abusividade na cobrança dos serviços portuários, violações ao princípio da isonomia, condutas lesivas à ordem econômica e práticas anticoncorrenciais correlatas, nos termos do art. 36 da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, deverá a Antaq oficiar ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), conforme previsto pela Lei Federal nº 13.848/2019, para atuação no caso concreto, prestando-lhe as informações pertinentes, sem prejuízo das suas competências”.

(.....)

JUSTIFICAÇÃO

Sugere-se a observância aos procedimentos e regras já existentes na legislação a respeito da interação entre CADE e agências reguladoras, em respeito à atribuição de competências de cada órgão.

A presente alteração busca garantir que, ao identificar indícios de abusos ou práticas anticoncorrenciais, a Antaq atue de forma articulada com o órgão competente para a apuração e repressão de tais condutas, o CADE. Essa delimitação é fundamental para evitar sobreposições indevidas de competências, assegurar a segurança jurídica e promover maior eficiência na atuação.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres pares desta Casa para a aprovação desta Emenda.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputada ADRIANA VENTURA
NOVO/SP

